

## **CARTA INTERNAE E XVII CONPPREV**

**Universidade de Pádova e Veneza (Itália)**

**Tema:**

### **“DEFESA DO ESTADO E GARANTIA DOS DIREITOS DO CIDADÃO EM TEMPOS DE CRISE: OS DESAFIOS DA ADVOCACIA DE ESTADO – INTERCÂMBIO BRASIL/ITÁLIA”**

A ANPPREV, juntamente com o Fórum Nacional da Advocacia Pública, e em parceria com as renomadas instituições Universidade de Pádova e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, realizou o XVII CONPPREV – Congresso dos Procuradores Federais da Previdência Social e, simultaneamente, o I Internae – Encontro Internacional da Advocacia de Estado.

A temática central do evento “Defesa do Estado e Garantia dos Direitos do Cidadão em Tempos de Crise: os desafios da Advocacia de Estado – intercâmbio Brasil/Itália, demonstra que a advocacia pública brasileira se insere cada vez mais no contexto contemporâneo, no qual as questões acadêmico-científicas, sócio-econômicas e jurídicas deixam de ser tratadas unicamente como objetos regionalmente restritos e tomam a dimensão de problemas universais, que devem ser, portanto tratados e discutidos no âmbito internacional.

Restou patente que a capacidade de associação das entidades coordenadoras com a rede de Universidades e Organismos Internacionais abre caminhos para a qualificação dos seus quadros profissionais e amplia a cooperação multilateral entre as organizações e entidades envolvidas.

A função estratégica do evento, onde novas alternativas foram buscadas, ressaltou a relevância daquelas que são construídas a partir do diálogo e do reconhecimento da importância da cooperação internacional para que haja compartilhamento de experiências.

A partir deste evento a ANPPREV e o Fórum Nacional da Advocacia Pública estão em fase de discussão com as Universidades de Pádova e Coimbra, por intermédio do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, para que ações de formação acadêmica e estágios profissionais em organizações ligadas à advocacia possam ser implementadas. Como um fruto concreto da cooperação com o GCUB, o acordo possibilitará que advogados públicos possam, a partir do segundo semestre deste ano, fazer estágios e/ou desenvolver projetos profissionais na Organização dos Estados Americanos - OEA, especialmente junto às Comissões de Direitos Humanos e de Direito Internacional.

Finalizando, considerando as reflexões e debates acerca da Advocacia Pública Nacional, e os novos paradigmas mundiais de integração, intercâmbio e expansão de informação e conhecimento, além dos temas de relevância para a categoria, os participantes do I Internae e do XVII CONPPREV deliberaram o seguinte:

I – REAFIRMAR seu compromisso com a realização de acordos de cooperação internacional, de cunho acadêmico e/ou administrativo, expandindo, desta forma, o intercâmbio entre membros das advocacias pública e privada do Brasil com os

profissionais da Itália, de maneira a promover a aquisição de experiência prática nos moldes exercidos em cada um desses países;

II – PROMOVER, de maneira efetiva e eficaz, a integração internacional dos conhecimentos jurídicos adquiridos pelos profissionais da Advocacia Pública Nacional, a serem partilhados e divulgados para outras nações;

III – CONTINUAR a estimular o ineditismo e a inovação em eventos que envolvam a discussão, o debate e o compartilhamento de informações e conhecimentos da área jurídica, intensificando o intercâmbio destes tanto na esfera da prática quanto da teoria;

IV – REAFIRMAR seu compromisso com todas as estratégias e medidas que visem a valorização do Advogado Público, haja vista ser este o real instrumento viabilizador da ação estatal e da concretização do interesse público;

V – PROSSEGUIR, através do acompanhamento e da conduta proativa, na defesa das prerrogativas da Advocacia Pública, seja por meio do diálogo entre as entidades representativas de classe, seja na vigilância profícua das proposições legais afetas aos interesses da categoria.

São estas as principais conclusões do XVII CONPPREV e do I INTERNAE.

Pádua, 23 de maio de 2012